

O direito à cidade “no truque”: As resistências das trabalhadoras sexuais travestis e transexuais no bairro Santa Branca em Belo Horizonte

The right to the city by "tricks ways": Resistances of transgenders and travestis sexual workers from Santa Branca neighborhood in Belo Horizonte

Karina Dias Gea, Leticia Cardoso Barreto y Lisandra Espíndula Moreira

Universidade Federal de Minas Gerais

karinadiagea@gmail.com; leticiacardosobarreto@gmail.com; lisandra.ufmg@gmail.com

Resumo. O presente artigo apresenta reflexões sobre as estratégias de resistência na luta pelo direito à cidade de trabalhadoras sexuais transexuais e travestis do bairro Santa Branca, em Belo Horizonte, Minas Gerais. Estas são relacionadas ao contexto socioespacial diante das intervenções urbanas nesse território de prostituição e nas disputas de poder entre os diversos sujeitos do bairro entre 2012 a 2018. Por meio das perspectivas feministas sobre direito à cidade e com uma inspiração etnográfica, propomos colocar em questão as ferramentas metodológicas e teóricas de modo a tornar visível a heterogeneidade das formas de suas participações políticas. Essas sujeitas, ao transformarem a paisagem urbana, evidenciam a parcialidade da lógica urbanística desta capital, estabelecem também relações sociais e políticas de resistências.

Abstract. This Papers presents reflections about the resistance's strategies for city rights of transgenders and travestis sexual workers on Santa Branca's neighborhood, in the city of Belo Horizonte, Minas Gerais, related to the social space context of urban interventions in this prostitution territory and the power struggle between several subjects in the area from 2012 to 2018. From feminist's perspectives about city rights, we made research inspired by ethnographic methods, putting the methodologies and techniques to give voice to the heterogeneity of political participations. This subjects transform the urban scenery, showing partiality in the capital's urban perspective, also settling social relations and political resistance.

Palabras clave. Prostituição; direito à cidade; resistência; feminismo.

Keywords. Prostitution; right to the city; resistance; feminism.

Formato de citación. Gea, Karina D.; Barreto, Leticia C., y Moreira, Lisandra E. (2019). O direito à cidade “no truque”: As resistências das trabalhadoras sexuais travestis e transexuais no bairro Santa Branca em Belo Horizonte. *URBS. Revista de Estudios Urbanos y Ciencias Sociales*, 9(1), 57-71. http://www2.ual.es/urbs/index.php/urbs/article/view/gea_barreto_moreira

Recibido: 1/10/2018; **aceptado:** 24/06/2019; **publicado:** 24/07/2019

Edición: Almería, 2019, Universidad de Almería

A prostituição é uma ocupação extremamente diversa e multifacetada, adquirindo formas e características que se relacionam ao contexto em que se localiza. Podendo ser realizada em espaços tão díspares como ruas, hotéis, bares, restaurantes, em ambientes populares ou de classes altas, as formas como estes se inserem nas cidades e como as mesmas os percebem são absolutamente importantes para se pensar a atividade. As relações entre prostituição e cidades vão assim adquirindo os mais diversos contornos, se em determinados momentos a primeira pode ser vista como útil e até mesmo alvo de destaque, em outros deve ser eliminada ou escondida, podendo ser alvo, direto ou indireto, dos mais diferentes tipos de intervenções por parte do poder público. O crescimento da cidade, sua urbanização ou processos de gentrificação impactam sobremaneira a prostituição e a existência desta gera formas específicas de pensar a cidade.

A forma como as cidades são ocupadas pela prostituição é profundamente diversa de acordo com o “tipo” de prostituição ao qual nos referimos. Se a prostituição “de luxo” é frequentemente ignorada, a de “baixo meretrício” é alvo frequente de intervenções seja por parte do poder público, de moradores ou até mesmo de profissionais que “disputam o ponto”. As diferenças aparecem também quando se fala da prostituição realizada por homens, mulheres cis ou trans (travestis e transexuais). Em diferentes contatos de pesquisa com os grupos de mulheres observamos que a quantidade de relatos de violência sofrida pelas mulheres trans é significativamente maior do que em relação às mulheres cis, bem como a rejeição que vivenciam cotidianamente ao ocupar os espaços públicos, com manifestações contrárias de moradores e transeuntes.

Se no caso das mulheres cis a prostituição muitas vezes aparece como sendo uma das diversas opções de inserção no mercado de trabalho, a situação das mulheres trans é bastante diversa. O grande preconceito

vivenciado por estas faz com que essa atividade laboral constitua-se como uma das principais fontes de renda para grande parcela das mulheres transexuais e travestis, comumente realizadas em ruas e avenidas de capitais brasileiras. Muitas vezes tendo sido expulsas de casa e do convívio familiar e de redes de amizade, esses espaços, além de serem ocupados por elas por interesses econômicos, proporcionam a construção de suas redes de afeto, suporte social, performances de gênero¹ e dinâmicas políticas (Marcos Benedetti, 2005; Larissa Pelúcio, 2009).

O caso da relação entre prostituição e cidade, no caso de Belo Horizonte é especialmente interessante, por ser uma cidade que foi planejada e que possui pouco mais de uma centena de anos. Construída entre 1894 e 1897, Belo Horizonte (BH) foi uma das primeiras cidades planejadas do Brasil e trazia, no imaginário, o rompimento com o período colonial, uma concepção modernista e os valores da República brasileira, tornando-se a obra simbólica do progresso. Assim, o planejamento da nova capital mineira foi ancorado no pensamento urbanístico europeu do século XIX, ou seja, realizado a partir da construção de um desenho urbano com ruas e avenidas amplas, para a construção de um espaço moderno, higiênico, saneado, erradicado de problemas sociais e pronto para a instalação da lógica capitalista e industrial (Letícia Julião, 2011).

A ideia de um espaço moderno e limpo vem historicamente acompanhada de estratégias de eliminação ou apagamento de grupos sociais considerados sujos, imorais ou inadequados. No caso da prostituição, podemos observar isso em diversos contextos, como na chegada da família real portuguesa, que mobilizou a constituição e o crescimento da área urbana no Rio de Janeiro (a capital da colônia) (Magali Engel, 1989) ou com a expansão da urbanização da cidade São Paulo, no período de 1890 a 1930 (Margareth Rago, 2008). Será a partir de períodos como esses, que miravam o desenvolvimento, que a preocupação com a higienização urbana ou da ordem pública aumentam e, conseqüentemente, uma série de normas legislativas, saberes científicos e discursos normativos vão ser elaboradas em defesa do controle ou do extermínio da prostituição, mesmo que ela nunca tenha sido criminalizada no país (Engel, 1989; Rago, 1985).

No contexto brasileiro, a criação de dispositivos legais que visam a efetivação da função social da cidade e a prática fundamental da participação popular à elaboração de políticas públicas urbanas foram importantes conquistas. Um exemplo importante são os artigos 182 e 183, referentes ao capítulo da *Política Urbana*, da *Constituição Federal* (Brasil, 1988) e o *Estatuto da Cidade*, Lei nº 10.257/2001 (Brasil, 2001). Os mesmos definem as diretrizes gerais para a política urbana, mas a partir delas, cabe a cada município compreender suas próprias especificidades, necessidades e interesses locais, que devem ser no Plano Diretor.

Apesar disso, ao analisarmos esses dispositivos de forma crítica, percebemos os desafios de suas implementações práticas. Pois, mesmo que o Estatuto da cidade tenha incorporado os avanços da crítica social frente ao planejamento urbano, não garantiu a implementação dos processos participativos e uma posição crítica a imparcialidade dos especialistas para o planejamento e gestão urbana (Marcelo Souza, 2003). Ou seja, mantém-se uma aposta na falaciosa neutralidade da política urbana, a partir de uma contraposição entre participação cidadã x especialistas.

Um outro ponto crítico é que a criação dos diversos instrumentos não elimina o fato de que a urbanização no contexto nacional foi marcada por uma distinção entre público e privado. Essa dicotomia gerou desigualdades no acesso ao espaço público por parte de homens e mulheres, assim como na divisão sexual do trabalho, processos estes que foram naturalizados (Maria Matos, 1996; Paula Pérez, 2013). Assim, se faz fundamental pensar o espaço a partir de uma perspectiva que desloque as pretensões universalizantes,

¹ Para Butler (2003), a identidade de gênero é performativamente constituída, assim como o corpo. Dessa forma, o corpo e o gênero não são mais compreendidos como um dado natural, mas são politicamente regulados, em que muitas forças regem seus comportamentos e expectativas sociais. Nesse sentido, a mulher transexual e a travesti, passam por um processo de aprendizagem, fortemente ligado a *pista*, nos quais ações, atitudes e posturas reconhecidas como femininas são incorporadas e atualizadas.

heteronormativas e neutras em favor de uma perspectiva feminista que inter-relacione gênero e espaço e reflita sobre os processos de construção social que marcam esta relação (Pérez, 2013). Neste sentido, apresentamos algumas discussões e contribuições das teorias feministas para repensarmos a lógica positivista do urbanismo e o sujeito que está à frente, produz e gere o conhecimento e planejamento do espaço urbano. Realizando, assim, a reformulação da noção de “direito à cidade” a partir de uma perspectiva feminista, como sugerida por Pérez (2013), somado ao que aprendemos junto às trabalhadoras sexuais.

Aproximando o debate acerca das políticas urbanas do debate da prostituição, temática em análise desse artigo, é possível pensarmos alguns desdobramentos e interações. É comum vermos prostitutas que trabalham em Belo Horizonte lutando pela possibilidade de permanência, sobrevivência e valorização de suas presenças nos territórios (públicos ou privados) em que exercem seu trabalho. Exemplo importante disso é que os primeiros atos do movimento social de prostitutas no Brasil foram motivados pela luta por segurança, por meio de denúncias de violências física, moral e sexual exercidas por policiais e vivenciadas nos locais de trabalho (Letícia Barreto, 2015), o que compreendemos enquanto reivindicações ao direito à cidade (Diana Helene, 2015). Contudo, mesmo com mais de trinta anos de movimento, as demandas e denúncias persistem, indicando poucos avanços sobre a segurança nos locais de trabalhos desta categoria e as lutas relativas ao espaço seguem sendo as que mais mobilizam as prostitutas a resistir.

Durante as vivências, em algumas das principais áreas onde mulheres² exercem o trabalho sexual em Belo Horizonte, observamos a complexidade sobre a prostituição relacionada com questões urbanísticas. Afinal, envolvem mulheres com experiências múltiplas; processos de territorialização plurais e distintas dinâmicas econômicas, sociais e políticas. Por conseguinte, destacamos a delimitação do campo por questões territoriais em um determinado intervalo de tempo, ao qual buscamos compreender as relações e dinâmicas do bairro Santa Branca ao longo do ano de 2012 a 2018. Devido à diversidade de prostitutas que exercem a atividade laboral no bairro, daremos enfoque às análises acerca das trabalhadoras sexuais transexuais e travestis, além de uma maior proximidade e vínculo estabelecidos com elas em campo.

A construção metodológica na *pista*³

As perspectivas feministas constituem uma posição de reflexão e análise crítica sobre como vivenciamos, fazemos e pensamos a cidade, além de questionar a suposta universalidade e racionalidade do urbanismo, assim como na produção de outras áreas da ciência. Sofia Neves e Conceição Nogueira (2005) explicam que, enquanto o fazer científico hegemônico se estruturou na tríade universalidade, objetividade e neutralidade, as teóricas feministas, em contrapartida, propuseram uma nova tríade: posicionamento, reflexividade e criticidade. Essa crítica epistemológica a partir dos pensamentos feministas visa “tornar inteligíveis, questionáveis e políticos os processos e dispositivos de saber e poder que produzem as racionalidades de produção do conhecimento hegemônico” (Tayane Lino e Claudia Mayorga, 2017, p. 164)

Colocando em questão essa ciência hegemônica, optamos por acionar a epistemologia e a metodologia feminista, permitindo nos inspirar em tudo que já ouvimos, presenciamos e vivemos nos principais *pontos* de prostituição de BH e região metropolitana⁴, assim como em espaços de iniciação científica⁵, na

² O termo “mulheres” nesse artigo se refere a um guarda-chuva que engloba várias identidades legítimas de mulher, entre elas as mulheres cisgêneras, transexuais e travestis. Pois, assim como Amara Moira (2017) acreditamos que há novos sentidos para a palavra “mulher”. Valorizamos os traços comuns a essas identidades, diferenciando-as somente quando houver necessidade de especificar suas vivências com o intuito de não reproduzir invisibilidades e homogeneizações.

³ Pista é a palavra usada para nomear os locais de via pública em que as trabalhadoras sexuais travestis e transexuais realizam a atividade laboral.

⁴ Os principais pontos de prostituição pesquisados são a Av. Santos Dumont (localizada na região central), Av. Dom Pedro II (que dá acesso ao centro), Bairro Santa Branca (bairro residencial que possui muitos motéis e fica próximo à Av. Dom Pedro I) e na Praça dos Trabalhadores em Contagem (localizada na região metropolitana em um bairro industrial).

⁵ Projeto de pesquisa intitulado *Direitos e violência na experiência de travestis e transexuais na cidade de Belo Horizonte: construção de um perfil social em diálogo com a população*, sob coordenação do Professor Marco Aurélio Máximo Prado e vinculada ao Núcleo de Direitos

interlocução da universidade com os campos de debate e atuação da prostituição. Vale ressaltar que nossas reflexões sobre as relações entre as prostitutas e a cidade, aliadas ao nosso amplo contato com o campo, nos apontaram a necessidade de propor uma metodologia que privilegiasse o contexto em questão, marcado por uma fluidez própria, ao qual nomeamos de *programa metodológico*.

Programa (PG) é o nome que as trabalhadoras sexuais dão às transações estabelecidas com os clientes, feita por um acordo verbal da negociação das práticas (sexuais ou não) que serão realizadas, tais como o preço que será cobrado, o tempo de duração e o local em que será realizado (qual motel e qual valor do estabelecimento escolhido). Contudo, durante esse atendimento é possível uma renegociação durante o PG, já em execução, cabendo a inclusão de outras práticas, o aumento do valor, a duração e o preço final a ser pago no estabelecimento. Propomos, com essa analogia, um percurso metodológico que se aproxime à flexibilidade das prostitutas que, por mais que estabeleçam previamente quais serão as condições e os limites, o programa pode ser renegociado. Por isso, realizamos a pesquisa, com uma inspiração etnográfica e três *negociações metodológicas*: observação participante, pesquisa documental e análise narrativa.

Nesse percurso, a primeira autora teve a oportunidade de se inserir nos *pontos* de prostituição do bairro Santa Branca, realizando a observação participante. Conforme Aaron Cicourel (1990), a observação participante é um instrumento metodológico que permite observar e ir além, participando da vida delas em certa medida, o que leva a pesquisadora a modificar e ser modificada pela experiência vivenciada. A principal forma de iniciar o diálogo, a fim de estabelecer vínculos, foi por intermédio de entregas de preservativos e gel lubrificante, dada a dificuldade de acesso a esses insumos, uma vez que a prostituição trans é realizada, majoritariamente, em vias públicas de BH⁶ e no período noturno.

As vivências na *pista* ou em outros espaços da cidade, foram realizadas e relatadas em diário de campo, o que originou outros elementos e reflexões para nossas análises. Dependendo das *negociações* que se estabeleciam, as aproximações tornavam-se conversas que ocasionaram na criação de vínculos, possibilitando encontros em outros espaços, como em suas casas, shoppings, festas, dentre outros. Tais espaços de trocas tornaram-se mais intensos e frequentes, a ponto de realizarmos observações em momentos importantes e que possibilitaram uma maior sensibilidade para compreendermos as vivências destas sujeitas na cidade. Ou seja, a observação participante construiu uma relação aberta, densa, constante, permitindo realizarmos reflexões e questionamentos, como nos trabalhos de Adriana Piscitelli (2004, 2013), e com a sensibilidade e disponibilidade para a exposição às novidades (Janice Caiafa, 2007) fundamentais para uma pesquisa de cunho militante e de coprodução com as interlocutoras.

A pesquisa documental, inspirada no trabalho de Helene (2015), foi realizada por meio do levantamento dos materiais disponíveis principalmente no Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte (APCBH), no site oficial da Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) e em jornais da capital (com disponibilidade online), onde foi possível encontrar um significativo número de fontes documentais relacionadas à questão da prostituição na cidade e informações sobre o bairro Santa Branca. Com essas fontes, visamos compreender como os diversos sujeitos sociais e os dados oficiais percebem a prostituição, sendo que a maior parte das percepções identificadas, relaciona a prostituição a algum crime, ao tráfico de drogas, o atentado ao pudor ou a outras concepções e associações depreciativas.

Já o acesso ao site oficial PBH foi para compreendermos o processo de urbanização da capital, do bairro e o discurso oficial sobre tais fatos, como o acesso à Operação Urbana Simplificada (OUS), o Plano

Humanos e Cidadania LGBT (Nuh) da UFMG. A participação da primeira autora no projeto foi entre novembro de 2012 a dezembro de 2015, ou seja, foi uma pesquisa de longa duração e teve como consultoras Liliane Anderson Reis Caldeira, Anyky Lima e Keila Simpson. Para mais informações e dados da pesquisa, acesse http://www.nuhufmg.com.br/gde_ufmg/index.php/projeto-trans

⁶ Em 2014 alguns hotéis de prostituição da Zona, na região central da capital, começaram serem ocupados somente por mulheres trans e travestis. Antes disso, esses espaços eram ocupados majoritariamente por mulheres cis, salvo pouquíssimas exceções. Atualmente são 5 hotéis, ocupados pelas trans e travestis, em 28 que constituem esse complexo mercado sexual, que constantemente abrem ou fecham para reformas, cassação de alvarás entre outros motivos.

Diretor do Município (Lei 7.165/96, alterada pela Lei nº 9.959/10), entre outros que serão trabalhados ao longo do texto. Nos jornais analisados, buscamos matérias sobre a prostituição no bairro Santa Branca, reunindo uma quantidade considerável de reportagens sobre a prostituição neste território, inexistentes no arquivo público. A partir disso, buscamos construir uma reflexão e análise de como se constroem os discursos sobre a prostituição por sujeitos variados, como policiais militares, residentes, jornalistas, poder público e, raras vezes, as próprias trabalhadoras sexuais. Assim como nos recortes de jornais encontrados no APCBH⁷, são frequentes as matérias jornalísticas que relacionam a atividade laboral a algum crime ou outras associações depreciativas e desqualificadoras, demonstrando a pouca mudança na percepção por essas instituições e pela sociedade sobre a prostituição e as pessoas que a exercem, colocando-as sempre marginalizadas até mesmo em debates que as dizem respeito.

A última *negociação* realizada foi a análise narrativa. As observações participantes e a pesquisa documental evidenciaram narrativas importantes a serem analisadas. Sendo assim, utilizamos a análise narrativa considerando todas as narrativas obtidas e produzidas durante a pesquisa, valorizando e analisando tanto as narrativas oficiais como aquelas consideradas não oficiais. A partir dessas narrativas (obtidas em arquivos ou nas observações em campo), buscamos compreender as experiências ocorridas no bairro, já que a narrativa não relata simplesmente eventos, mas também coloca em evidência seu significado, relevância e importância. Nesse sentido, a análise envolve pelo menos três categorias estruturais principais: “a estrutura do evento, que relata acontecimentos; a estrutura da descrição, que fornece informações básicas sobre tempo, lugar, pessoas e contexto necessários para entender a narrativa; e uma estrutura de avaliação, que mostra o ponto de vista de quem narra apresentando a perspectiva ou o julgamento do falante sobre os eventos, marcando a parte mais importante” (Martin Cortazzi, 2001, p. 384, tradução nossa). O modelo de análise narrativa utilizado não pretende categorizar e classificar o mundo e sim interpretar, mostrar o significado e criar explicações para as experiências de um determinado contexto (Cortazzi, 1993).

O bairro Santa Branca

O bairro Santa Branca está localizado na regional Pampulha de Belo Horizonte. Esse território fazia parte da Fazenda Engenho do Córrego do Nado, um dos terrenos adquiridos pelo Prefeito da capital, Américo Renê Giannetti. A partir de 1938, após o falecimento de Giannetti, parte do terreno foi loteado, criando os bairros da região, como o Santa Branca, que foi oficializado em 1972 (APCBH, 2011; Luiz Assis, 2013). O bairro atualmente caracteriza-se por ser uma área predominantemente residencial, mas possui muitas empresas, galpões, clubes aquáticos, igrejas e motéis. Esses últimos estabelecimentos ficam próximos à importante e movimentada Avenida Pedro I, que permite acesso ao bairro e a outros importantes pontos da cidade, como o deslocamento para o centro e para a regional Venda Nova.

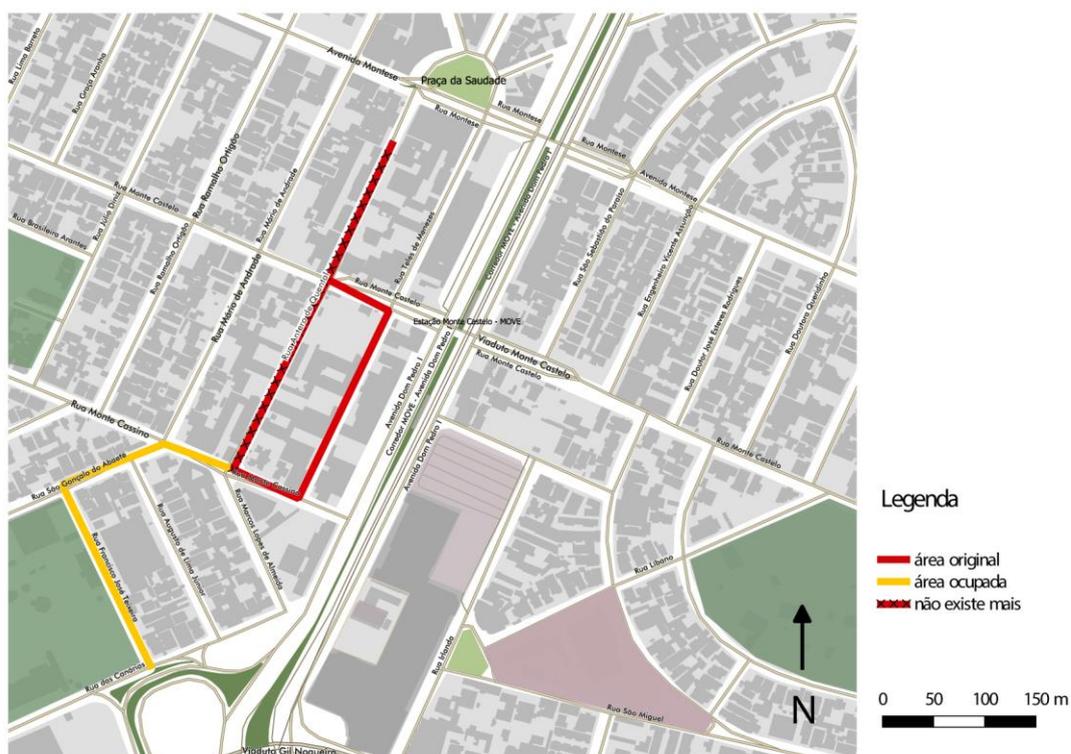
Circulando entre as narrativas que ganham o corpo dos documentos oficiais e as narrativas expressadas em corpos que nem sempre encontram lugar nesses documentos, a história ouvida na observação participante aponta detalhes e ocupações do bairro muito específicas. Segundo as mulheres transexuais e travestis que realizam ali o trabalho sexual ou a gestão daqueles *pontos* (nomeadas como *donas de casas*⁸), as primeiras construções do bairro foram os motéis, que permanecem em funcionamento, sendo estes os locais em que a maioria das trabalhadoras sexuais realizam a atividade laboral.

⁷ O próprio APCBH arquivava os recortes de jornais em uma pasta específica chamada “Prostituição” na temática “Problemas Urbano-sociais”. Devido à invisibilidade da mídia em relação à existência da prostituição nesse bairro específico não foram encontrados os documentos esperados, porém tivemos acesso às matérias jornalísticas sobre outros bairros e, principalmente, sobre a Zona da Guaicurus, localizada no Hipercentro, na Região Centro Sul da cidade, em que ocorreu a implementação das “casas de tolerância”, conhecidos como hotéis “sobe e desce” de prostituição, facilitando o controle da atividade (Barreto, 2008).

⁸ A *dona de casa* emerge através da gestão de alguns *pontos* que compõe a *pista* e de um complexo jogo de interesses envolvendo transações monetárias, afeto e proteção. As *donas de casa* possuem imóveis onde alugam quartos temporariamente para outras travestis/transsexuais que chegam à cidade para se prostituir, chamados de *casas de pensão* ou *de diária*. De uma forma geral, quem se hospeda na casa de determinada cafetina/*dona de casa* provavelmente frequenta somente os *pontos* na *pista* subordinados à sua gestão.

A dinâmica da prostituição local era bem específica (ver mapa 1), os pontos concentravam-se principalmente em um quarteirão do bairro, onde existem muitos motéis, empresas e galpões, especificamente em um quadrilátero formado pela rua Monte Castelo, rua Téles de Menezes, rua Monte Cassino e rua Antero de Quental. A presença de trabalhadoras sexuais e o fluxo de clientes nessas ruas eram mais intensos durante a noite, por volta das 20 horas, ou seja, o perfil das pessoas que circulavam por esse quadrilátero mudava ao longo do dia. O fluxo de clientes era feito por carros, motos e algumas vezes a pé –uma movimentação mais local, referente aos transeuntes que residem próximos ou na própria região e que provavelmente estavam interessados em realizar algum programa.

Mesmo com a existência desse antigo ponto de prostituição no bairro, a convivência nem sempre foi harmônica, principalmente depois de compreendermos como as mudanças estruturais ocorridas a partir de 2012 interferiram nas relações entre moradores, policiais e trabalhadoras sexuais. De novembro de 2012 até 2014, em observações participantes, percebemos alterações no Santa Branca devido à realização de grandes obras viárias para a Copa do Mundo da Federação Internacional de Futebol (FIFA) de 2014.



Mapa 1. Os territórios de prostituição noturna de travestis e transexuais no Bairro Santa Branca e suas mudanças entre os anos 2012 a 2018

As transformações urbanas visavam a Avenida Pedro I, com sua duplicação e com a implantação das Estações de Transferência no BRT MOVE (Transporte Rápido por Ônibus). Para a implementação dessa obra, ocorreu a construção de dois viadutos no bairro, nas ruas Monte Castelo e Montese. O objetivo era ligar, sobre a Avenida Pedro I, o bairro Santa Branca ao bairro Itapoã. Essas construções modificaram, aos poucos, os territórios tradicionais de prostituição, seja nas estruturas físicas ou no tráfego de carros, ônibus e pedestres. Tais modificações acarretaram em uma maior exposição, dificultando o encontro das prostitutas com seus clientes, afetando diretamente o trabalho sexual local, já que eram importantes ruas que faziam parte da dinâmica do quadrilátero.

As argumentações em prol dessas intervenções apontavam para a melhoria da urbanização e da mobilidade urbana. Entretanto, num contexto mais amplo, podemos relacionar essas modificações a

interesses vinculados aos especuladores imobiliários e às instituições internacionais que promovem megaeventos, como a Copa, e que direcionam a lógica urbanística adotada por essa capital (Lucas Furiati, 2014). As argumentações referentes à mobilidade urbana invisibilizam os intensos efeitos dessas transformações no exercício da prostituição, desconsiderando essa questão como uma questão relevante para a cidade e para as pessoas ligadas a esse trabalho, direta e indiretamente⁹. Devido a essa racionalidade governamental, influenciada pela política neoliberal capitalista globalizada frente ao espaço público na capital mineira, as trabalhadoras sexuais não são consideradas como sujeitas sociais de suas próprias histórias, mesmo que a conquista dos territórios para o exercício da prostituição seja protagonizada por elas, demonstrando as resistências em suas lutas políticas de direito à cidade.

Essa lógica urbanística belorizontina ficou evidente quando encontramos os documentos referentes a Operação Urbana Simplificada (OUS) da Praça da Saudade e Adjacências, que está em avaliação. A OUS é um instrumento de planejamento urbano sobre empreendimentos, de cooperação entre o setor público e a iniciativa privada, que exige uma contrapartida para alcançar benefícios para o interesse público como a requalificação de áreas públicas, conforme previsto no artigo 66 do Plano Diretor do Município (Lei 7.165/96, parcialmente alterada pela Lei nº 9.959/10). Um dos procedimentos para a instituição de OUSs no município é a realização de um estudo técnico pelo empreendedor, nomeada de Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV)¹⁰, que consiste em um estudo para conhecer os impactos que os empreendimentos geram ao seu entorno e traçar diretrizes que visem atenuá-los, a fim de proporcionar melhores condições de habitabilidade, conforto e segurança à vizinhança.

Na OUS da Praça da Saudade e Adjacências, proposto pela empresa BIOCLIN, o EIV¹¹ foi realizado com a aplicação de questionário estruturado com alguns residentes, não residentes e usuários do bairro Santa Branca, representando os interesses do público daqueles que possivelmente sofrerão impactos. No estudo são descritos o perfil desses diversificados grupos e, dentre esses, destacamos o que eles nomearam como “motéis e zona de prostituição”, em que afirmam que o bairro tradicionalmente residencial é, devido à presença de muitos motéis e pela consolidação da prostituição rueira noturna, associado a um estigma social (Ana Lodi, Luciana Motta e Luciana Bizzoto, 2015, p. 30).

Como a prostituição, segundo os estudos, é repudiada pelos residentes, não residentes e usuários entrevistados, uma das expectativas deles sobre o empreendimento é a requalificação da área por meio do “afastamento”, “redução” ou “fim” dos pontos de prostituição, indo de encontro com o que os técnicos responsáveis pela pesquisa identificaram como um dos possíveis benefícios na implantação (Lodi, Motta e Bizzoto, 2015). Nesse sentido, essa pesquisa acaba por legitimar as expectativas deste restrito grupo como se fossem de interesse público, contudo, ao longo do estudo, não fica evidente se as trabalhadoras sexuais foram entrevistadas. Dessa forma, desconsideram não só os interesses das prostitutas, mas provavelmente de toda a rede ligada ao mercado sexual da região, como funcionárias dos motéis e trabalhadores dos comércios informais, que ocupam e vivenciam o bairro, mas, que no estudo são invisibilizados e citados indiretamente –destacando somente os estabelecimentos e territórios. Nessa perspectiva, faz com que essa população perca suas corporalidades, materialidades e o estatuto de cidadania, a ponto de não serem compreendidas como sujeitas importantes para serem entrevistadas, mesmo que pertençam aos grupos que serão afetados.

⁹ Além das prostitutas, existem outros trabalhadores que estão ligados ao mercado do sexo do bairro, como as funcionárias dos motéis (camareira, recepcionista, cozinheira, gerente) e os trabalhadores de comércios informais que oferecem seus serviços para as trabalhadoras sexuais, como lanches e bebidas.

¹⁰ O procedimento para a instituição de OUSs no município está previsto no Decreto nº 15.758 de 7 de novembro de 2014 e prevê sete etapas, um deles é o Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV), um instrumento de planejamento e gestão urbana, instituído pelo Estatuto da Cidade (Brasil, 2001) e, no município de Belo Horizonte, por seu Plano Diretor (Lei 7.165/96, quando alterado pela Lei nº 9.959/10).

¹¹ O “Estudo dos impactos urbanísticos e repercussões do empreendimento na vizinhança para operações urbanas simplificadas” – Decreto nº 15.758/14” da OUS da Praça da Saudade e Adjacências refere-se ao empreendimento da empresa Quibasa Química Básica - BIOCLIN, de Processo Nº 01-160.445/15-77, localizada na rua Téles de Menezes, nº 92, Santa Branca. Esse e outros documentos referentes a OUS estão disponíveis no site da PBH.

Outra mudança importante no território foi a extinção dos pontos de prostituição na Rua Antero de Quental, em que se encontra muitos motéis e que, desde 2016, abriga o Batalhão de Operações Especiais (BOPE) da Polícia Militar (PM) de Minas Gerais. Essa extinção não ocorreu de forma espontânea, mas como resultado das violências que os policiais realizavam contra as trabalhadoras sexuais que usavam aquele território como local de encontro com seus clientes. As violências adotadas enquanto estratégias para a retirada dessas prostitutas expõe violações institucionais intensas. Estas vão desde ameaças, xingamentos, violências físicas, ao fechamento da rua com as viaturas, jogando spray de pimenta em seus rostos e batendo-as com o cassetete; além de ameaças às prostitutas e seus clientes de colocar drogas em suas bolsas ou carros, com vistas a incriminá-los e humilhando seus clientes por procurarem o serviço sexual de travestis e trans. Desde então, as prostitutas pararam de realizar o trabalho sexual naquele território para não sofrerem mais agressões, contudo, continuou a ocorrer em outras ruas.

A intensificação das violações dirigidas a essas sujeitas esta relacionada ao modo como são vistas como corpos abjetos que ultrapassam as fronteiras das normas de gênero que, segundo Judith Butler (2011), é um regime que organiza o que pode ser considerado como autenticamente humano, nomeado pelas pessoas que são diretamente atingidas como cisnormatividade (viviane vergueiro¹², 2016). A heteronormatividade, como uma produção sócio-histórica e cultural, normaliza e torna inteligível uma maneira específica de exercício e expressão da sexualidade. Como as travestis e transexuais não correspondem a esse conjunto de normas, vivenciam cotidianamente tratamentos discriminatórios e opressões, inclusive das instituições de segurança pública. Logo, a sexualidade e as performances de gênero são vigiadas e controladas por esses aparelhos estatais, que utilizam formas repressivas e controladoras de docilização e disciplinamento desses corpos.

Frente as intervenções urbanas –já realizadas e as que ainda serão– somadas as relações conflituosas com o poder público e moradores, as prostitutas se encontraram em uma situação complexa: como permanecer nesse *ponto*? Para a prostituição rueira das travestis e mulheres transexuais, a conquista desses territórios é narrada como um processo protagonizado pelas travestis mais velhas que exerceram constantes e insistentes lutas, resistindo e enfrentando as violências e perseguições policiais para construir um ambiente mais propício para o exercício da prostituição trans (Vanessa Sander e Lorena Oliveira, 2017), assim como no enfrentamento diante das violências também exercidas por transeuntes, moradores e/ou lojistas do bairro Santa Branca. Por ser um local que se mantém por anos ocupado por elas, conhecem bem a história e as transformações do bairro, que possui a identificação de *pista* tradicional pelos clientes. Destacamos que a *pista* não é somente um espaço físico onde trabalham, mas também um local regido por relações de poder, códigos, hierarquias, regras e afetos que definirão os trânsitos possíveis naquele local (Pelúcio, 2009).

Para muitas mulheres trans e travestis no Brasil a prostituição e outras atividades a ela relacionadas, ainda se constituem como suas principais fontes de renda. Notamos que a limitação do acesso ao mercado de trabalho ocorre por elas terem uma vivência de gênero que foge à norma social vigente (que veicula e reitera padrões sexistas, binários, heteronormativos, monogâmicos e cisnormativos), suas experiências, em várias esferas, constantemente são atravessadas por preconceitos, violências e exclusões. Assim, mesmo que prostituição seja, muitas vezes, uma das únicas fontes de renda disponível a elas, não pode ser analisado somente como um meio de sobrevivência, devido a relevância em outras dimensões de suas experiências, pois é onde se “constroem-se corporal, subjetiva e socialmente” (Benedetti, 2004, p. 3). Cabe destacar que, acompanhando as transformações do bairro Santa Branca, as narrativas das trabalhadoras sexuais trans e travestis apontam para aspectos paradoxais dessa ocupação. Por um lado, a prostituição é uma possibilidade de trabalho informal que gera muita renda e engloba importantes dimensões de sociabilidade. Por outro, as narrativas também destacam a regularidade dos episódios de violência física, verbal e moral realizadas por policiais, moradores, transeuntes, lojistas e falsos clientes.

¹² A autora coloca seu nome em minúsculo por se inspirar no trabalho e resistência de bell hooks, utilizando assim também para denunciar o cissexismo em não reconhecer seu nome e identidade de gênero como legítimos.

Com o objetivo de permanecer naquele bairro, as trabalhadoras sexuais, principalmente as trans, começaram a construir novas redes e conquistar outras ruas do bairro, nas proximidades da mesma região. Compreendemos que ocorreu um processo de gentrificação dos *pontos* de prostituição do quadrilátero por meio de uma política urbanística que visa à substituição do público que o frequenta, habita e utiliza a região por outros públicos, de classes mais altas (Niel Smith, 2006), fazendo-as deslocarem para locais adjacentes, mais propício ao exercício da prostituição. Começaram a ocupar as ruas Rua São Gonçalo do Abaeté e a Rua Francisco José Teixeira. Essas ruas, que se tornaram importantes para a entrada do bairro, possuem mais residências. A partir de então, começaram os atritos mais intensos com os moradores tanto das ruas quanto de outras partes do bairro.

No dia 25 de março de 2018, as prostitutas denunciaram à mídia alternativa da cidade, por orientação da Pastoral da Diversidade Sexual Santa Branca, as agressões dos agentes do Batalhão de Operações Especiais (BOPE) do bairro (Petra Fantini, 2018a). As violências físicas, morais, psicológicas e verbais foram realizadas contra todas as trabalhadoras (cis e trans), porém, as ações mais violentas ocorreram com as trans. Dentre as violências, destacam-se a desqualificação das profissionais; assédio moral; ameaça de prisão (das trabalhadoras e seus clientes); revista sem a presença de uma agente feminina; agressões com o uso do spray de pimenta e cassetete; rondas de viaturas na *pista*; humilhação dos clientes por pagarem por sexo a pessoas trans ou travestis, o desrespeito as suas identidades de gênero e seus corpos e, conseqüentemente, impedindo-as de trabalhar.

Por conseguinte, travestis e transexuais são relegadas à informalidade, desamparadas político-institucionalmente, o que as deixam mais expostas a situações de violência e exploração (Nuh, 2015) agravadas quando exercem a prostituição rueira, que as colocam em maior exposição pública (Sérgio Carrara e Adriana Vianna, 2001). Dessa forma, atravessam em suas experiências a transfobia (nomeação para a discriminação as pessoas transexuais, transgêneros e travestis sofrem em razão de suas identidades de gênero) e putafobia (nomeação para a discriminação as trabalhadoras sexuais sofrem em razão de seu trabalho). Como Simone Frangella e Taniele Rui (2017), compreendemos que a relação entre corpo e cidade é fundamental, afinal a abjeção e a precariedade desses corpos evidenciam a forma como as condições socioeconômicas e as imposições do poder urbanístico se exercem em determinadas sujeitas, mas que, além de serem moldadas, resistem e redesenham as paisagens urbanas.

Apesar de a prostituição não ser ilegal no Brasil, as trabalhadoras sexuais enfrentam muitas dificuldades, uma vez que as pessoas que compõem suas redes de proteção, moradia, entre outros, são criminalizados. Compreendidas nesse cenário marginalizado e ilegal, as prostitutas inevitavelmente são criminalizadas e sofrem com a putafobia e transfobia institucional em muitos equipamentos públicos. Somado a isso, posteriormente, identificamos, por meio de matérias jornalísticas e observações participantes, que os moradores do bairro ligados a Associação do Bairro Santa Branca (ABSB) ou ao Conselho da Comunidade apoiavam as ações violentas dos policiais (Fantini, 2018b). Segundo os moradores, essas ações eram justificadas pela forma como as trabalhadoras, principalmente as travestis, se comportavam no bairro acusando-as de ficarem nuas, usarem drogas e fazerem sexo na rua. A partir de então, percebemos que o desejo de expulsão das trabalhadoras do bairro era compartilhado e organizado, em redes sociais, por moradores e policiais.

Mesmo com a divulgação das agressões, tais as situações continuaram ocorrendo, o que motivou a Pastoral a acionar o Ministério Público (MP) para que as trabalhadoras conseguissem realizar as denúncias. No dia 10 de abril de 2018 o promotor responsável foi até o salão da Paróquia do bairro escutar algumas das trabalhadoras agredidas, acompanhado por representantes de ONG e da Pastoral. Antes mesmo de iniciar, moradores do bairro, ligados ABSB ou ao Conselho da Comunidade interromperam a reunião, reunião mediante ato do lado externo, ao qual alguns invadiram o salão expulsando as participantes. Além disso, duas viaturas da PM de patrulha urbana e uma viatura do BOPE fecharam a rua em frente ao salão da igreja. Em suma, o promotor, os representantes da ONG e da Pastoral tentaram conversar com os moradores sem sucesso (Fantini, 2018b).

Após esse episódio, no dia 19 de abril de 2018, o bairro amanheceu com faixas feitas pela ABSB espalhadas pelas vias públicas, justamente nos territórios de prostituição com os seguintes dizeres: “Estamos vigilantes! Qualquer ilícito ou ato obsceno deverá ser comunicado a PMMG através do 190 ou 3494-3061 (15º CIA). Você está sendo filmado”. Nas faixas também constavam as logomarcas da Associação e da Polícia Militar. Ainda que as faixas descumprissem o Código de Posturas do Município de Belo Horizonte, de acordo com o artigo 189 da Lei Municipal 8.616/2003¹³, as mesmas permaneceram durante um bom tempo no território. Devido a isso, as trabalhadoras sexuais reclamavam constantemente das faixas, pois tinham que trabalhar olhando para elas e afirmavam que inibiam a presença dos clientes.

Ademais, no dia 26 de abril de 2018, a associação de moradores iniciou caminhadas pelas ruas do bairro, sendo algumas pertencentes aos *pontos* de prostituição, com apoio da PM e do BOPE que acompanhavam o pequeno grupo de moradores por meio de escolta. Esse tipo de mobilização passou a ocorrer uma vez ao mês, sempre às quintas a noite, por residentes que seguram faixas com dizeres como “Estamos unidos pelos nossos direitos”, “Pagamos impostos”, “Queremos de volta nosso direito de ir e vir nas ruas do bairro”, e por agentes da PM e BOPE. Destacamos que a escolta policial aos moradores ocorria mediante rondas de moto e viaturas com as sirenes ligadas, impediram a realização do trabalho das prostitutas nesses dias.

Essa mobilização conjunta de moradores e policiais é argumentada pela percepção de insegurança que os residentes possuem ao se deslocarem no bairro, principalmente no período noturno devido a intensificação do trabalho sexual nas ruas. Essas argumentações visam legitimar as violências contra todas as prostitutas, já que vinculam a atividade laboral com o tráfico de drogas, com roubos e outros problemas sociais. De acordo com essa lógica, as prostitutas tornam-se culpadas pelas violências que sofrem de diversos sujeitos no bairro, afinal, não são compreendidas como vítimas, pois não possuem um comportamento impecável esperado, o que as excluem dos sistemas de segurança pública, que também deveriam protegê-las.

Direito à cidade *no truque*¹⁴

Embora o Santa Branca seja um espaço historicamente ocupado pelas prostitutas, com as construções de forte interesse econômico ocorridas nos últimos anos, o bairro transformou e se intensificou as disputas entre suas/seus diversas/os sujeitas/os políticas/os. Compreendidas no cenário marginalizado e ilegal da cidade, as prostitutas são muitas vezes alvos prioritários das intervenções urbanas, afinal elas vivenciam as ruas como lugar de trabalho, sociabilidade e, às vezes, até de moradia, o que contrapõe a forma pela qual a cidade contemporânea foi projetada e ideologizada (Frangella e Rui, 2017).

Em contrapartida, mesmo que essas intervenções produzam um processo de despossessão e subtração material e simbólica por essa população (Frangella, 2010), as vivências e sobrevivências nas ruas remetem a novas inventividades territoriais e políticas constituídas por essas sujeitas a partir da própria condição de exclusão (Rui, 2014). Ou seja, as prostitutas transexuais e travestis lutam pelo direito à cidade *no truque*. O espaço público que compõe a *pista* não pode ser compreendido somente como territórios de violações e mortes. Apesar de ser um espaço marcado por ameaças diversas, de antagonismos, tensões, violências e riscos para as travestis e transexuais, ao mesmo tempo –na dimensão da sociabilidade, da invenção e da resistência– também se mostra um território que possibilita encontros, trocas, reconhecimentos e construções.

Conforme Beatriz Bagagli (2016), a cisnormatividade faz com que a socialização de pessoas transsexuais e travestis não possa ser compreendida da mesma forma que a socialização das pessoas cis, pois a

¹³ “Art.189 – É permitida a instalação de faixa e estandarte no logradouro público quando transmitirem exclusivamente mensagem institucional, nos termos desta Lei, veiculada por órgão ou entidade do Poder Público”.

¹⁴ No truque - expressão que as travestis e transexuais usam ao nomear formas de encontrar soluções inusitadas para os problemas, similar a expressão “se virar”, “dar um jeitinho”. Além disso, pode significar também enganar, enrolar para sair de alguma situação (Sander, 2015).

socialização de gênero é necessariamente cisgênera, além de binária, misógina e heterossexual, o que faz com que não haja espaço para as pessoas trans, somente a exclusão. Dessa forma, a *pista* é o espaço público em que seus corpos são naturalizados a ocupar, por serem lugares majoritariamente precários e estigmatizados da cidade. É nesse espaço que se constroem as lógicas do gênero em seus corpos e performances, sendo reconhecidas como tal pelas colegas e clientes. Dessa forma, resistem ao sistema cisonormativo em seus corpos e heteronormativos de suas sexualidades, de forma individual e coletiva. Concomitantemente, essas sujeitas resistem no espaço urbano ao ocupar e redesenhá-lo, evidenciando que a performatividade de gênero dessas mulheres ocorre de forma intimamente associada às suas práticas sociais e espaciais.

Pensando nas movimentações e narrativas que tensionam as informações oficiais e mostram as ações, movimentações e resistências das prostitutas, as situações identificadas no bairro Santa Branca possibilitam visualizar algumas estratégias de resistências. As tentativas de controle ou de eliminação da prostituição por meio da violência não foram recebidas pelas trabalhadoras sexuais de forma passiva. Ao não conseguirem exercer a atividade na mesma rua do BOPE, juntamente com as mudanças de fluxos de carros com a construção dos viadutos, elas conquistaram e se reorganizaram em novos *pontos*. Os episódios de violências e as mudanças físicas no território estimulou o fortalecimento do diálogo entre as *donas-de-casa*, entre as próprias prostitutas, que mobilizaram as redes de cuidado e solidariedade já existentes. Além disso, ocorreu a criação/fortalecimento de parcerias com a Pastoral da Diversidade Sexual¹⁵, com o Ministério Público e com o Jornal independente local “O Beltrano”, que permitiram a visibilidade e o encaminhamento de suas demandas: por segurança ao exercerem seus trabalhos, de assegurarem a sua liberdade de circulação no bairro, evidenciar que a prostituição é um trabalho, que são tão cidadãs destituídas de direitos, assim como os próprios moradores do bairro.

A partir desse processo de articulações com poderes públicos e movimentos da sociedade civil, ocorreu também o fortalecimento e a ampliação de atuação do Coletivo Rebu. O Coletivo é uma entidade nacional sem fins lucrativos, formada em 2015, que possui coordenações estaduais e que são vinculadas a Central Única de Trabalhadoras e Trabalhadores Sexuais (CUTS), uma das grandes redes brasileiras da categoria. O Rebu é composto por trabalhadoras sexuais cis, transexuais e travestis e se mobiliza pelo enfrentamento e prevenção às violações de direitos das trabalhadoras sexuais. Nesse contexto de violações, o coletivo, que atuava principalmente na Zona da Guacurus, iniciou seus trabalhos no bairro Santa Branca para colaborar nas articulações e resistências, propondo novas formas de aproximação, atuação e tomada de decisões junto às trabalhadoras sexuais, por meio de diversas ações. O contato dessa organização com as prostitutas do bairro ocorrera de abril a julho de 2018 por meio da distribuição de preservativos¹⁶, conversas apresentando o coletivo, perguntas sobre a *pista* e sobre as agressões, no intuito de estabelecer vínculos. Esse método aproximou cada vez mais as trabalhadoras sexuais ao Rebu, sempre escutando suas demandas e colhendo relatos e informações para denunciar as agressões de policiais do BOPE, da PM e da ABSB.

Nesse contexto, o Coletivo Rebu se tornou uma importante organização política por meio de uma atuação em rede, dispersa e que privilegia a construção de parcerias. Dessa forma, ajudaram a mobilizar as prostitutas que trabalham no Santa Branca a darem continuidade às denúncias dos casos de violências junto ao Ministério Público. O coletivo faz ações continuadas, frequentando a *pista* e dialogando, acionando as redes de afeto, dando suporte social e enquanto referência política, realizando reuniões com travestis e transexuais reconhecidas como lideranças de militância na cidade, com as *donas de casa* que

¹⁵ Posteriormente a Pastoral da Diversidade Sexual teve suas atividades encerradas na Paróquia por reclamações de moradores (Fantini, 2018c).

¹⁶ As distribuições de camisinha foram interrompidas devido a suspensão da fabricação de preservativos pela empresa Natex, fábrica estatal de Xapuri (AC), por não renovação do contrato pelo Ministério da Saúde, o único cliente. Mesmo com a renovação do contrato, Minas Gerais ficará sem receber os repasses do produto até setembro de 2018. O vínculo permaneceu com outras formas de interação em redes sociais, encontros presenciais.

possuem *casas de pensão* e gerenciam os territórios da região. Algumas conquistas dessas atuações conjuntas já são evidentes, como a retirada das faixas da Associação do Bairro Santa Branca das vias públicas, a diminuição de agressões policiais contra as trabalhadoras sexuais, estreitamento dos vínculos e das ações políticas entre as prostitutas e o poder público e o desenvolvimento de novos projetos de atuação nos *pontos* de prostituição em BH.

Compreendemos que as resistências realizadas pelas trabalhadoras sexuais deste estudo não ocorrem somente em espaços institucionais e como forma de sobrevivência, mas também como práticas sociais (planejadas ou não) que desafiam os modelos de urbanidade e ocupação do espaço da cidade. De tal forma que desafiam o planejado, o preestabelecido, o hegemônico, resistências que são capazes de gerar mudanças e transformações nos territórios e nas relações que estabelecem. O espaço urbano é produzido, reproduzido, apropriado e modificado por meio de seus corpos, das práticas da *pista* e do estabelecimento de parcerias e de redes de proteção e solidariedade. Essa resistência lhes garantiria, na atualidade, transitarem e estabelecerem-se em outros espaços de atuação política e social.

Ao analisarmos as narrativas das trabalhadoras sexuais do bairro, as principais características que compõem a história coletiva desse território é a luta por permanência, por resistir à expulsão. Uma memória que se constrói como uma batalha contínua contra indivíduos e instituições que valorizam os jogos imobiliários e/ou morais contra este grupo social, na apropriação desse bairro em questão. Essas resistências buscam romper as fronteiras dos espaços limitados pela putafobia e transfobia. Tais resistências buscam romper as fronteiras dos espaços limitados pela putafobia e transfobia, uma vez que, a partir desses embates que ampliam-se os territórios que são autorizadas a circular, assim como garantem a segurança de sua permanência nesses locais.

Vale ressaltar que esses atos de resistência se iniciaram nas práticas cotidianas de visibilidade e sobrevivência. As prostitutas do bairro, para conseguirem ocupar espaços públicos, desenvolveram laços de afeto, segurança e solidariedade entre si de modo a se ajudarem e se protegerem coletivamente da violência histórica que sofriam pela polícia, pelos moradores, pelo Poder Público e pela população em geral. Além dessas relações já estabelecidas e que permanecem devido a pouca mudança social, os episódios recorrentes de agressões –principalmente por instituições da segurança pública– mobilizaram as redes de forma intensificada, além de possibilitar a ampliação do diálogo com outros órgãos, movimentos sociais e organizações civis para buscarem seus direitos.

Considerações finais

Compreender, através das lentes analíticas do feminismo e do debate sobre a constituição das cidades, as percepções subjetivas e corporificadas das trabalhadoras sexuais transexuais e travestis sobre a *pista*, a cidade e a própria segurança, possibilita a valorização de suas experiências cotidianas como fontes de informações e potencialidades para a reinvenção de acesso aos direitos. Ao provocarem as fissuras na paisagem urbana, evidenciam que a lógica urbanística de Belo Horizonte não é neutra, mas um sistema de exclusão e de disputa de poderes que perpassa em suas vidas em que, *no truque*, constroem e atualizam suas performatividades de gênero e suas sobrevivências, estabelecendo também relações sociais e políticas de resistências.

O recorte temporal e espacial proposto nesse artigo descreve o modo como a prostituição do bairro Santa Branca, exercida majoritariamente por prostitutas travestis e transexuais que utilizam a rua como *pista*, sofreu efeitos das transformações urbanas na região. Como desdobramento desses impactos, a *pista* se reinventou e se dispersou em ruas do bairro, produzindo tensionamentos com outros sujeitos que circulam e ocupam os mesmos espaços.

Através dos documentos, das narrativas das prostitutas e das observações realizadas foi possível visibilizar o modo como algumas instituições, em especial, de segurança pública e associação dos moradores,

produzem uma cisão entre quem deve ser protegido e quem deve ser controlado. Diante dessas violações que colocam em risco a permanência e utilização da rua para o encontro com os clientes, as prostitutas do Santa Branca constroem parcerias e estratégias de resistência.

Dessa maneira, a *pista* é um espaço de ambiguidades para a vida dessas profissionais, ao mesmo tempo é o local que demonstram suas conquistas de territórios na cidade, possibilita vínculos e é também o mesmo espaço que as expõem à insegurança e à violência. Juntamente às narrativas de violências sofridas por essas prostitutas identificamos narrativas e práticas de resistência, verificando a importância da mobilização e das redes institucionais para a garantia de seus direitos em BH. Assim como Helene (2015, p. 61), acreditamos que “essa resistência não deve, de maneira nenhuma, ser esquecida. Precisa ser lembrada, reafirmada e disputada”.

As recorrentes exclusões dessas sujeitas fazem com que tenham que recorrer a relações que estabelecem *na pista*, mas que são criminalizadas. Conseqüentemente, quando ocorrem episódios recorrentes de agressões, a mobilização por segurança, analisada como luta pelo direito à cidade, é construída por estratégias diversificadas e aglutinadoras. Dessa maneira, recorrem a instituições de forma pontual e sentem que seus direitos estão mais assegurados com simples atos –como a retirada das faixas fixadas pela ABSB– e não numa constante articulação para se conquistar o direito de usufruir o espaço público sem sofrerem transfobia e putafobia. Esse tipo de mobilização se faz mais efetiva e perceptível por organizações de trabalhadoras sexuais, como o Coletivo Rebu, que está ganhando força na cidade.

Referências

- APCBH. Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte (2011). Histórias de bairros [de] Belo Horizonte: Regional Pampulha. Coord.: Ribeiro, Raphael Rajão. – Belo Horizonte: Arquivo Público da Cidade.
- Assis, Luiz Henrique Garcia (2013). Intervenção museal no espaço urbano: história, cultura e cidadania no Parque “Lagoa do Nado”. *História (São Paulo)*, 32(2), 87-104.
- Bagagli, Beatriz Pagliarini (2016). *Afinando a noção de “socialização” e refutando algumas distorções*. <https://transfeminismo.com/afinando-a-nocao-de-socializacao-e-refutando-algumas-distorcoes/>
- Barreto, Letícia Cardoso (2015). “Somos sujeitas políticas de nossa própria história”: *Prostituição e feminismos em Belo Horizonte*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina.
- Benedetti, Marcos R. (2004). *Entre a batalha e o corpo*: breves reflexões sobre travestis e prostituição. Em Carlos F. Cáceres, María Esther Mogollón, Griselda Pérez-Luna y Fernando Olivos (eds.), *Sexualidad, ciudadanía y derechos humanos en América Latina* (pp. 51-56). Lima: IESSDEH, UPCH.
- Benedetti, Marcos R. (2005). *Toda Feita: o corpo e o gênero das travestis*. Rio de Janeiro: Garamond.
- Brasil (1998). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília: Imprensa Nacional.
- Brasil (2001). Congresso Nacional. Lei 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.
- Butler, Judith (2003) *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Butler, Judith (2011). Vida precária. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, 1(1), 3-33.
- Caiafa, Janice (2007). *Aventura das cidades*. Rio de Janeiro: FGV.
- Carrara, Sérgio, e Vianna, Adriana R. B. (2001). *Homossexualidade, violência e justiça: a violência letal contra homossexuais no município do Rio de Janeiro*. Relatório de pesquisa. IMS/UERJ/Fundação Ford. 90.
- Cicourel, Aaron (1990). Teoria e método em pesquisa de campo. Em Alba Zaluar Guimarães (org.), *Desvendando máscaras sociais* (pp. 87–121). Rio de Janeiro: Francisco Alves.

- Cortazzi, Martin (1993). *Narrative analysis*. London: Falmer Press.
- Cortazzi, Martin (2001). Narrative analysis in ethnography. Em Paul Atkinson, Amanda Coffey, Sara Delamont, John Lofland e Lyn Lofland (eds.), *Handbook of ethnography* (pp. 384-394). Londres: Sage.
- Decreto nº 15.758 (2014). Estabelece Procedimento para a Instituição de Operações Urbanas Simplificadas, Belo Horizonte, Diário Oficial do Município de Belo Horizonte.
- Engel, Magali (1989). *Meretrizes e doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro – 1840 à 1890*. Rio de Janeiro: Brasiliense.
- Fantini, Petra (2018a). *Bope agride prostitutas do Bairro Santa Branca*. <http://www.obeltrano.com.br/portfolio/bopegrideprostitutasdobairrosantabranca/>
- Fantini, Petra (2018b). *Prostitutas sob ataque*. <http://www.obeltrano.com.br/portfolio/prostitutas-da-pampulha-sob-ataque/>
- Ferreira, Barbara (2016). Minas agora tem BOPE para atuação em missões especiais. <https://www.otempo.com.br/cidades/minas-agora-tem-bope-para-atua%C3%A7%C3%A3o-em-miss%C3%B5es-especiais-1.1375141>
- Frangella, Simone, e Rui, Taniele. (2017). Corpos precários: apontamentos para a relação entre corpo e cidade. *Política & Trabalho. Revista de Ciências Sociais*, (47), 23-38.
- Frangella, Simone (2010). *Corpos urbanos errantes: uma etnografia da corporalidade de moradores de rua em São Paulo*. São Paulo: Annablume/Fapesp.
- Furiati, L. (2014). *Sem Lugar: a experiência de remoção de mulheres do Aglomerado Santa Lúcia e o atual contexto político de urbanização da Cidade de Belo Horizonte*. Mestrado em Psicologia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- Garcia, Luiz Henrique Assis (2013). Intervenção museal no espaço urbano: história, cultura e cidadania no Parque “Lagoa do Nado”. *História (São Paulo)*, 32(2), 87-104.
- Helene, Diana (2015). “Preta, pobre e puta”: a segregação urbana da prostituição em Campinas Jardim Itatinga. Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ,
- Julião, Letícia (2011). Sensibilidades e representações urbanas na transferência da capital de Minas Gerais. *História (São Paulo)*, 30(1), 114-147.
- Lei nº 8.616 (2003, julho). Código de Posturas do Município de Belo Horizonte. Diário Oficial do Município de Belo Horizonte.
- Lei nº 9959 (2010). Das alterações à legislação urbanística e dos critérios e parâmetros urbanísticos das áreas de especial interesse social – AEISs. Diário Oficial do Município de Belo Horizonte.
- Lino, Tayane R., e Mayorga, Cláudia. (2017). Mulheres, ciência e a escrita de si: desafios epistemológicos da enunciação de mulheres na ciência contemporânea. *Cadernos de Estudos Culturais*, 2, 155-177.
- Lodi, Ana Beatriz; Motta, Luciana Rocha Vasconcelos, e Bizzoto, Luciana Maciel (2015). *Estudo dos impactos urbanísticos e repercussões do empreendimento na vizinhança para operações urbanas simplificadas*. https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/politica-urbana/2018/planejamento-urbano/ous_bioclin_estudo_dos_impactos.pdf
- Matos, Maria Izilda S. (1996). Na trama urbana: do público, do privado e do íntimo. *Projeto História. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, (13), 129-149.
- Moira, Amara R. (2017). O cis pelo trans. *Estudos Feministas*, 25(1), 365-373.
- Neves, Sofia, e Nogueira, Conceição (2005). Metodologias feministas: a reflexividade ao serviço da investigação nas ciências sociais. *Psicologia Reflexão e Crítica*, 18(3), 408-412.
- Nuh, Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT. (2015). *Direitos e violência na experiência de travestis e transexuais na cidade de Belo Horizonte: construção de um perfil social em diálogo com a população*. http://www.nuhufmg.com.br/gde_ufmg/index.php/projeto-trans

- Pelúcio, Larissa (2009). *Abjeção e desejo: uma etnografia travesti sobre o modelos preventivos da AIDS*. São Paulo: Annablume, Fapesp.
- Piscitelli, A. (2004). On “gringos” and “natives”: gender and sexuality in the context of international sex tourism in Fortaleza, Brazil. *Vibrant*, 1(1/2), 87-114.
- Piscitelli, Adriana (2013). *Trânsitos: brasileiras nos mercados transnacionais do sexo*. Rio de Janeiro: EDUERJ/ Clam.
- Rago, Margareth (1985). *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar, Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Rago, Margareth (2008). *Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930)*. São Paulo: Paz e Terra.
- Rui, Taniele (2014). *Nas tramas do crack: etnografia da abjeção*. São Paulo: Terceiro Nome.
- Sander, Vanessa (2015). *Entre manuais e truques: uma etnografia das redes do trabalho sexual entre travestis em Belo Horizonte*. Dissertação de mestrado em Antropologia Social. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Campinas.
- Sander, Vanessa, e Oliveira, Lorena H. (2016). Entre “tias” e “novinhas”: envelhecimento e relações intergeracionais na experiência de travestis trabalhadoras sexuais em Belo Horizonte. *Revista Sociedade e Cultura*, 19(2), 69-81.
- Sanz, Paula P. (2013). Reformulando la noción de “Derecho a la Ciudad” desde una perspectiva feminista. *Encrucijadas. Revista Crítica de Ciencias Sociales*, (5), 92-105.
- Smith, Neil. (2006). A gentrificação generalizada: de uma anomalia local à “regeneração” urbana como estratégia urbana local. Em Catherine Bidou, Daniel Hiernaux, Hélène Rivière d'Arc e Helena Menna Barreto Silva (orgs.), *De volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de revitalização dos centros urbanos* (pp. 59-87). São Paulo: Annablume.
- Souza, Marcelo Lopes (2003). *Mudar a cidade – Uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- vergueiro, viviane (2016). *Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade*. Universidade Federal da Bahia, Salvador.



Los textos publicados en esta revista están sujetos –si no se indica lo contrario– a una licencia de [Atribución CC 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/). Usted debe reconocer el crédito de la obra de manera adecuada, proporcionar un enlace a la licencia, e indicar si se han realizado cambios. Puede compartir y adaptar la obra para cualquier propósito, incluso comercialmente. Puede hacerlo en cualquier forma razonable, pero no de forma tal que sugiera que tiene el apoyo del licenciente o lo recibe por el uso que hace. No hay restricciones adicionales. Usted no puede aplicar términos legales ni medidas tecnológicas que restrinjan legalmente a otros a hacer cualquier uso permitido por la licencia.

